



DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO Nº 1/2025

MUNICÍPIO DE QUARTEL GERAL - MG

Contrato Administrativo nº 224/2025

Processo Licitatório nº 240/2025

Contratada: Golino Engenharia Ltda - CNPJ 53.135.603/0001-67

1. I - RELATÓRIO

A Comissão Processante, instituída para conduzir o Processo Administrativo Sancionatório nº 1/2025, apresenta o seguinte relatório dos fatos:

2. 1.1 Do Objeto Contratual

Trata-se de contrato administrativo firmado entre o Município de Quartel Geral-MG e a empresa Golino Engenharia Ltda, CNPJ 53.135.603/0001-67, oriundo do Processo Licitatório nº 240/2025, com prazo contratual estabelecido para conclusão das etapas 1 a 3 até o dia **21 de outubro de 2025**.

3. 1.2 Da Cronologia dos Fatos

21/10/2025 - Vencimento do prazo contratual original para entrega das etapas 1 a 3, sem cumprimento pela contratada.

14/11/2025 - Emissão de notificação oficial pela Prefeitura Municipal, concedendo prazo de 15 dias úteis para apresentação de defesa prévia.

24/11/2025 - Apresentação de defesa pela contratada, solicitando prorrogação até 26/11/2025, sob alegação de necessidade de revisões de layout solicitadas pelo contratante.

[Handwritten signatures]



26/11/2025 - Descumprimento do novo prazo solicitado pela própria contratada.

27/11/2025 - Apresentação tardia dos projetos para análise técnica.

01/12/2025 - Apresentação de laudo técnico identificando erros e inconsistências nos projetos. Contratada solicita novo prazo até 03/12/2025, às 08h00.

03/12/2025, 08h00 - Novo descumprimento de prazo pela contratada. Tentativas de contato telefônico restaram infrutíferas.

03/12/2025 - Expedição da Intimação nº 2, concedendo prazo final de 24 horas para cumprimento integral do contrato.

04/12/2025 - Decurso do prazo de 24 horas sem atendimento pela contratada, configurando inadimplemento contratual reiterado e definitivo.

4. 1.3 Das Irregularidades Verificadas

5. Atraso inicial de **32 dias** em relação ao prazo contratual original;

6. Descumprimento de prazo por ela própria solicitado (26/11/2025);

7. Entrega de projetos com erros e inconsistências técnicas;

8. Descumprimento de novo prazo assumido (03/12/2025, 08h00);

9. Ausência de resposta às tentativas de contato;

10. Descumprimento da determinação constante na Intimação nº 2 (prazo de 24 horas);

11. Execução parcial do objeto contratado, com qualidade técnica insatisfatória.

12. 1.4 Da Defesa Apresentada

[Handwritten signatures]



A defesa apresentada pela contratada em 24/11/2025 alegou que o atraso decorreu de "revisões de layout solicitadas pelo contratante", o que teria impactado o cronograma. Contudo, tal alegação não elide a responsabilidade da contratada pelos sucessivos descumprimentos posteriores, especialmente quanto aos prazos por ela própria solicitados e assumidos.

13. II - FUNDAMENTAÇÃO

14. 2.1 Do Amparo Legal

A presente decisão fundamenta-se nos seguintes dispositivos legais:

Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos):

• **Art. 137, inciso II** - Rescisão unilateral do contrato **pela Administração em caso de atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;**

• **Art. 137, inciso III** - Rescisão unilateral em caso de paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

• **Art. 137, inciso VII** - Rescisão unilateral por razões de interesse público;

• **Art. 156, § 1º** - Prescreve que a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão;

15. 2.2 Da Caracterização da Inexecução Contratual

Restou amplamente demonstrado nos autos que a contratada:

1. Não cumpriu o prazo contratual originalmente estabelecido;

2. Não honrou os prazos subsequentes que ela própria solicitou e assumiu;

3. Apresentou trabalhos com qualidade técnica insatisfatória, conforme atestado em laudo técnico;

[Handwritten signatures]



4. Manteve-se inerte e incomunicável nas tentativas de solução consensual;

5. Descumpriu determinação administrativa expressa contida na Intimação nº 2.

A conduta reiterada configura **inexecução parcial do contrato** com **abandono de fato das obrigações contratuais**, caracterizando grave descumprimento das cláusulas contratuais e dos princípios que regem a Administração Pública.

16. 2.3 Dos Princípios Violados

O comportamento da contratada afrontou diretamente os princípios da:

- **Eficiência** - pela não consecução adequada e tempestiva do objeto contratual;
- **Supremacia do Interesse Público** - pela paralisação de obra de interesse da coletividade;
- **Moralidade Administrativa** - pela desídia reiterada e descaso com os compromissos assumidos;
- **Economicidade** - pelos custos adicionais e prejuízos decorrentes dos sucessivos atrasos.

17. 2.4 Do Exercício do Contraditório e Ampla Defesa

Foram assegurados à contratada todos os meios de defesa e manifestação:

1. Notificação em 14/11/2025 com prazo de 15 dias úteis para defesa;
2. Análise e consideração da defesa apresentada;
3. Concessão de novos prazos solicitados pela própria empresa;
4. Intimação nº 2 com prazo adicional de 24 horas;
5. Múltiplas tentativas de contato e solução consensual.

[Handwritten signatures]



Não há, portanto, qualquer violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, tendo a Administração agido com razoabilidade, proporcionalidade e boa-fé em todas as etapas processuais.

18. III - DECISÃO

Diante de todo o exposto, da análise detida dos autos, da constatação de inexecução parcial do contrato com qualidade técnica insatisfatória, do reiterado descumprimento de prazos, da inércia da contratada e do interesse público na conclusão dos serviços contratados, **DECIDO:**

19. 3.1 - RESCINDIR UNILATERALMENTE

Rescindir unilateralmente o Contrato Administrativo nº 224/2025, firmado com a empresa Golino Engenharia Ltda, CNPJ 53.135.603/0001-67, com fundamento nos artigos 137, incisos II, III e VII, e 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da inexecução parcial do objeto contratado e do reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

20. 3.2 - APLICAR PENALIDADES

Aplicar à contratada as seguintes sanções administrativas:

a) ADVERTÊNCIA FORMAL, nos termos do art. 156, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

b) - CONVOCAR LICITANTE REMANESCENTE

Determinar a convocação da segunda colocada no Processo Licitatório nº 240/2025, observada a ordem de classificação, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação:

a) Manifestar interesse na contratação;

b) Apresentar documentação de habilitação atualizada;

c) Comparecer para assinatura do contrato, nas mesmas condições propostas pela primeira colocada.

[Handwritten signatures]



21. 3.4 - DETERMINAR PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

- a) Notificar imediatamente a empresa Golino Engenharia Ltda sobre a presente decisão, por meio de AR (Aviso de Recebimento) e e-mail cadastrado (golinoengenharia@gmail.com);
- b) Expedir ofício de convocação à segunda colocada no certame licitatório;
- c) Publicar extrato da presente decisão no Diário Oficial competente e no Portal de Transparência do Município;
- d) Arquivar os autos após cumpridas todas as determinações.

22. IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente decisão:

- 1. Entra em vigor na data de sua publicação;
- 2. Será comunicada à contratada por todos os meios disponíveis;
- 3. Não impede a adoção de outras medidas administrativas ou judiciais cabíveis;
- 4. Assegura à contratada o direito de interpor recurso no prazo legal, sem efeito suspensivo;
- 5. Será executada imediatamente, dada a urgência e o interesse público envolvido.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

Quartel Geral-MG, 05 de dezembro de 2025.

COMISSÃO PROCESSANTE - PROCESSO SANCIONATÓRIO Nº 1/2025

Voninho Alves da Silva

Presidente



Quartel Geral

GOVERNANDO PARA TODOS | ADM 2021 - 2024

quartelgeral.mg.gov.br
Prefeitura Municipal
FLS Nº
Quartel Geral

Marlene Mendes da Silva
Marlene Mendes da Silva

Membro

Arthur Henrique Toledo
Arthur Henrique Toledo

Membro

De acordo. Homologo a presente decisão.